

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

PROJETO DE LEI Nº 1.962, DE 2007

Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

Autor: Deputado ANTONIO BULHÕES

Relator: Deputado VANDER LOUBET

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.962, de 2007, de autoria do ilustre Deputado Antonio Bulhões, propõe alterar a Lei nº 9.985, de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, no sentido de estabelecer um maior detalhamento com respeito à exploração do subsolo de Florestas Nacionais e ao processo de consulta pública prévia à criação de unidades de conservação, além de dispensar, no caso da criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural, Estação Ecológica ou Reserva Biológica, a realização de consulta pública.

Na sua justificação, o autor da proposição argumenta que não há proibição explícita de mineração em Florestas Nacionais, havendo, porém, conflito com o princípio da sustentabilidade. Não obstante, segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), ocorre atividades de mineração em sete Florestas Nacionais.

Com relação à consulta pública, o proponente ressalta que é necessária a oitiva da população local da região onde se pretenda criar a unidade de conservação. Atualmente, algumas consultas são realizadas à distância, por meio da rede mundial de computadores. Dessa forma, muitas comunidades não têm como participar do processo.

Por fim, o ilustre autor da iniciativa parlamentar argumenta que, no caso da criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural, não deve ser necessário ouvir a comunidade local, pois não haverá desapropriações, restrições ao uso do solo ou outros conflitos.

A proposição em exame foi distribuída às Comissões de Minas e Energia; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Decorrido o prazo regimental, nesta Comissão de Minas e Energia, não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei em tela.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

É sem dúvida meritório o Projeto de Lei nº 1.962, de 2007, de autoria do nobre Deputado Antonio Bulhões, que detalha as condições para a exploração do subsolo em Florestas Nacionais, garante à população local as informações relativas a consultas públicas por meio de Audiências Públicas e dispensa de consulta pública prévia a criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Em janeiro de 2007, foi publicada a instrução normativa nº 152 (IN 152) do Ibama que trata da autorização para supressão de vegetação com a finalidade de pesquisa e lavra mineral em Florestas Nacionais. A IN 152 estabelece que somente serão concedidas autorizações para os casos em que essas atividades estiverem previstas no Decreto de Criação da Floresta Nacional. Registre-se que essa norma do Ibama está em sintonia com a proposta contida na proposição em análise.

Outro ponto importante da proposição é garantir que a população local, especialmente a de baixa renda e que não tem acesso à rede mundial de computadores, possa participar dos processos de consulta pública por meio de Audiências Públicas. Isso é um grande avanço na legitimação dessas consultas.

Também merece apoio a dispensa de consulta pública prévia para criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural, pois trata-se

de uma área privada com o objetivo de conservar a diversidade biológica. A exigência dessa consulta é um procedimento burocrático que apenas atrasa a criação desse tipo de unidade de conservação.

Sendo assim, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.962, de 2007, que, de fato, aprimora o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado VANDER LOUBET
Relator